

RECURSO ESPECIAL Nº 1.467.663 - RJ (2014/0170248-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : **ISABEL CRISTINA DA ROCHA LUCENA COUTINHO**
ADVOGADOS : **JOÃO BOSCO WON HELD GONÇALVES DE FREITAS FILHO E**
OUTRO(S) - RJ131907
JONATHAN APARECIDO ALVES VICENTE - RJ184443
RECORRIDO : **ANTONIETA RAMOS DE LUCENA**
ADVOGADO : **LUCIANE AMORIM DOS SANTOS E OUTRO(S)**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF.

O Tribunal de origem negou provimento ao agravo interno interposto pela recorrente, em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 23):

Agravo Inominado em Agravo de Instrumento. Inventário. Processo Civil. Decisão indeferindo o pedido de expedição de ofício. Negativa de conhecimento do recurso face sua intempestividade. Inconformismo.

Recorrente que pretende o reconhecimento da tempestividade do recurso via a contagem em dobro do prazo para interposição do mesmo, nos moldes do artigo 191 do CPC.

Procedimento de Inventário que não se caracteriza como lide. Ausência de partes litigantes, senão de interessados. Procedimento voluntário que, por suas peculiaridades, não admite a incidência desta norma. Inaplicabilidade da disciplina processual que determina a contagem em dobro dos prazos processuais para litisconsortes com procuradores diversos.

Não provimento ao Agravo Inominado e manutenção da decisão recorrida.

Nas razões recursais, a recorrente apontou violação do art. 191 do CPC/1973, insurgindo-se contra a intempestividade do agravo de instrumento, reconhecida pelo TJRJ. Destacou (e-STJ fls. 50/54):

A questão jurídica aqui discutida diz respeito à aplicação ou não do art. 191 do CPC ao processo de inventário para fins de interposição de recursos. Isto é, se os sujeitos litigantes (partes) no processo de inventário que possuem advogados distintos têm direito ou não ao prazo em dobro para a interposição de agravo de instrumento.

(...)

De todo modo, no caso dos autos não se pode desconsiderar que entre as partes há intensa litigiosidade, sendo certo que, inclusive, o objeto do agravo de instrumento diz respeito à decisão interlocutória que não negou a expedição de ofícios para propiciar o acesso ao patrimônio do espólio, na medida em que a recorrida se recusa a prestar informações sobre o montante do patrimônio a ser partilhado 12 . Infelizmente o colegiado do TJRJ entendeu que a referida litigiosidade entre as partes “não serve de fundamento à aplicação da predita norma processual. E assim é porque o inventário é procedimento especial (...)”, mas é evidente que tal questão deve ser considerada para consagrar a aplicação do art. 191 do CPC.

Ainda: o TJRJ interpretou literalmente o art. 191 do CPC ao afirmar que no processo de inventário não há, tecnicamente, litisconsortes, mas simples interessados. Na verdade, ainda que não se considere a hipótese como verdadeiro caso de litisconsórcio, há

interesses conflitantes entre todos os sujeitos litigantes, o que motivou a cada parte a contratação de advogados distintos.

(...)

Como se sabe, o art. 191 do CPC é uma manifestação do princípio da autonomia (ou da independência) dos litisconsortes, de modo que incumbe a cada parte promover, autonomamente, o andamento do processo. Assim, a existência de advogados distintos para cada sujeito litigante exige um prazo maior para a prática dos atos processuais.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

Decido.

O recurso especial foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, motivo por que devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

A jurisprudência do STJ estabeleceu a premissa de que a aplicação da regra do prazo em dobro a que se refere o art. 191 do CPC/1973 pressupõe a pluralidade de partes representadas por advogados distintos, ocupando o mesmo polo da ação. A propósito:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. APELO NOBRE E AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL APRESENTADOS FORA DO PRAZO LEGAL. INEXISTÊNCIA DE LITISCONSÓRCIO. PRAZO EM DOBRO. ART. 191 DO CPC/73. INAPLICABILIDADE. INTEMPESTIVIDADE. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplicabilidade do NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Esta Corte já consolidou o entendimento de que o prazo em dobro previsto no art. 191 do CPC/73 tem cabimento apenas às partes integrantes do mesmo polo da relação processual e se estiverem representadas por procuradores distintos.

3. No caso dos autos, trata-se de partes litigantes em polo diversos, o que não configura o litisconsórcio.

4. O agravo em recurso especial foi interposto na vigência do CPC/73, portanto, aplicável o prazo de 10 dias, e não o previsto no NCPC.

5. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo interno não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1609102/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 05/06/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTEMPESTIVIDADE. PRAZO. CONTAGEM. TERMO INICIAL. AUSÊNCIA DE EXPEDIENTE FORENSE. CERTIDÃO. JUNTADA POSTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL. IMPOSSIBILIDADE. LITISCONSÓRCIO NO PÓLO PASSIVO. PRAZO EM DOBRO PARA ÚNICO INTEGRANTE DO PÓLO ATIVO. IMPOSSIBILIDADE.

1 - Se o prazo para a apresentação do recurso encerra em dia que não houve expediente no Tribunal de Justiça, decretado por ato local, é obrigação do agravante juntar documento hábil a essa comprovação, pois, nesses casos, deverá fazer parte integrante

Superior Tribunal de Justiça

do instrumento sob pena de não conhecimento, não havendo espaço para juntada posterior, em sede de regimental. Precedentes.

2 - "A regra contida no art. 191 tem por escopo não prejudicar as partes que compõem o mesmo pólo da relação jurídica processual, garantindo-lhes, dentro do possível, o mesmo prazo daqueles que a ocupam isoladamente" (AgRg no Ag 189.844/DF, DJ 16.11.1998).

3 - Agravo regimental desprovido.

(AgRg no Ag 924.119/MG, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 19/05/2009, DJe 08/06/2009)

Nesse contexto, a recorrente deveria ter demonstrado a existência de partes com procuradores distintos ocupando o mesmo polo, circunstância sequer aventada, no caso dos autos, tendo em vista a afirmação de que haveria litigiosidade entre as partes, como forma de afastar a fundamentação da inadmissibilidade de aplicação da regra do art. 191 do CPC/1973, nos procedimentos de jurisdição voluntária, como é o inventário, por exemplo.

Dessa forma, o recurso especial está deficientemente fundamentado, uma vez não comprovada a multiplicidade de partes com procuradores distintos a compartilhar a mesma posição processual que a recorrente.

Incide, portanto, a Súmula n. 284 do STF.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator